

60 anos do Parque Nacional de São Joaquim: uma Unidade de Conservação como Promotora do Desenvolvimento Turístico Regional

Michel Tadeu Rodrigues Nolasco de Omena^{1,2*}, Paulo Santi Cardoso da Silva¹, Ana Luisa Castelo Branco Figueiredo¹

¹Analista Ambiental, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasil

²Doutoranda em Ecologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. (*Autor correspondente: michel.omena@gmail.com)

Histórico do Artigo: Submetido em: 12/03/2021 – Revisado em: 12/04/2021 – Aceito em: 03/05/2021

RESUMO

Parques Nacionais são uma categoria de Unidades de Conservação (UCs) sempre associada à grande visitação no mundo. No Brasil não é diferente, pois diversos Parques têm atrativos naturais na lista de pontos turísticos mais visitados do país. O Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ), localizado no estado de Santa Catarina, é reconhecido como um dos principais locais de turismo de contemplação da natureza do sul do país, figurando na lista dos Parques Nacionais brasileiros mais visitados por vários anos. Mas, como essa visitação e essa atratividade turística refletem no desenvolvimento da economia local no entorno do Parque? Pesquisando e analisando dados turísticos do município de Urubici comparativamente com ações da gestão do PNSJ – tais como: número de hospedagens, profissionais de turismo e atrativos, buscamos comprovar a importância dessa UC para o desenvolvimento do turismo na região da Serra Catarinense; registrar a relevância do PNSJ no seu 60º aniversário; e visualizar ações futuras que possam otimizar seu uso público recreativo em equilíbrio com a conservação da natureza.

Palavras-chave: Áreas Protegidas; Recreação; Ecoturismo.

60 years of São Joaquim National Park: Conservation Unit as a Promoter of Regional Tourism Development

ABSTRACT

National Parks are a category of Protected Natural Areas always associated with large visitation worldwide. In Brazil, this is not different as several Parks have natural attractions in the country's most visited tourist spots list. The São Joaquim National Park (PNSJ), located in the state of Santa Catarina, is known as one of the major tourist locations for nature contemplation in the south of the country, being a part of the most visited Brazilian National Parks list for multiple years. However, how do this visitation and touristic attraction reflect on the tourism development of the Park's surrounding region? Researching and analyzing tourism data of the Urubici municipality comparatively with PNSJ management actions – such as the number of accommodations, tourism professionals, and attractions –, we aimed to confirm the importance of this UC to the tourism development of *Serra Catarinense* region, to register the relevance of PNSJ in its 60th anniversary and visualize future actions that could optimize its recreational public use in balance with nature conservation.

Keywords: Protected Areas; Recreation; Ecotourism.

Omena, M.T.R.N., Silva, P.S.C., Figueiredo, A.L.C.B. (2021). 60 anos do Parque Nacional de São Joaquim: uma Unidade de Conservação como Promotora do Desenvolvimento Turístico Regional. v.9, n.2, p.33-43.



1. Introdução

Parques são uma categoria de Áreas Naturais Protegidas (ANPs) reconhecida internacionalmente (Magro *et al.*, 2007; Dudley & Stolton, 2008; IUCN, 2019). E, como ocorre no mundo, também os Parques Nacionais brasileiros estão associados a pontos turísticos que atraem um grande fluxo de visitantes (Cessford & Muhar, 2003; Castro *et al.*; 2015). A homologação do Parque Nacional de *Yellowstone* nos Estados Unidos da América em 1872 é considerada como a criação da primeira ANP dessa categoria (Eagles *et al.*, 2002; Keiter, 2010; Cunha *et al.*, 2018), criada, principalmente, com vistas a resguardar as suas belezas cênicas e a vida selvagem, proporcionando ao ser humano um espaço para contemplação da natureza. (Davenport & Rao, 2002; Eagles & McCool, 2002; Weiler *et al.*, 2013).

No Brasil, desde o período colonial, já existiam ANPs; porém, considera-se que Parque Nacional de Itatiaia é o primeiro Parque brasileiro (Milano, 1985; Lucena, 2006; Cunha *et al.*, 2018). Especificamente aqui, as ANPs com a finalidade de conservação da natureza são conhecidas como Unidades de Conservação (UCs) (Brasil, 2000) para diferenciá-las de outras áreas protegidas como: Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais, que têm outras legislações e especificidades.

A Lei Federal nº 9.985, que estabeleceu o “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC”, foi promulgada em 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000) e nesta constam as categorias, os objetivos e os principais regramentos para as UCs. Quanto à categoria Parque Nacional, em seu art. nº 11, entre seus objetivos principais, essa Lei determina não somente a preservação de ecossistemas, mas também o desenvolvimento do turismo ecológico, das pesquisas científicas e da educação ambiental. Destaca-se, ainda, dentre os objetivos legais para os Parques, o desenvolvimento do turismo ecológico ou ecoturismo e da recreação em contato com a natureza, pois são atividades que podem promover a integração com a sociedade do entorno e fomentar o desenvolvimento econômico da região.

Num evento de corrida de aventura realizado na trilha de *Collon-Trek* entre a Suíça e a Itália, pesquisadores demonstraram que, para cada euro investido em eventos esportivos na natureza, retornam de 5,64 a 6,9 euros diretamente para a economia local (Duglio & Beltramo, 2017). Nesse sentido, avaliar os reflexos da gestão de um Parque na sociedade pode demonstrar o quanto a economia regional é influenciada pelas ações que ocorrem na Unidade e o quanto a efetividade da gestão, apoiada pela sociedade, pode ajudar a diminuir eventos negativos como o desmatamento (Schleicher *et al.*, 2019).

O Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ), localizado no estado de Santa Catarina pode ser um bom exemplo desta relação. Criado em 06 de julho de 1961 pelo Decreto nº 50.922 (Brasil, 1961), somente neste século começou a ter ações mais decisivas do ponto de vista administrativo, tais como: o início da regularização fundiária (em 2006), a criação do Conselho Consultivo (em 2011) e a aprovação do Plano de Manejo (em 2018), dentre outras.

No entanto, é importante questionar: qual o reflexo do avanço na gestão desse Parque para a região? Sabe-se que, para cada dólar investido na gestão das UCs brasileiras, retornam sete dólares para a economia (Souza *et al.*, 2018). Porém, como podemos avaliar localmente esse retorno? Existem caminhos indiretos; por exemplo, pesquisadores avaliaram as preferências dos visitantes do *Kruger National Park* na África do Sul por intermédio de fotos postadas no *Instagram* e no *Flickr* para avaliar a visibilidade do Parque e de seus atrativos (Hausmann *et al.*, 2018).

Como o turismo ecológico é um dos principais objetivos dos Parques Nacionais, analisamos o desenvolvimento de ações de gestão com o desenvolvimento do *trade* turístico na região do PNSJ, mais especificamente no município de Urubici/SC, onde está a sede do Parque e o principal acesso ao seu mais famoso atrativo, o mirante do Morro da Igreja/Pedra Furada. A partir desta análise, verificamos se as ações administrativas demonstram uma “simbiose” com o desenvolvimento da atividade turística nos municípios do

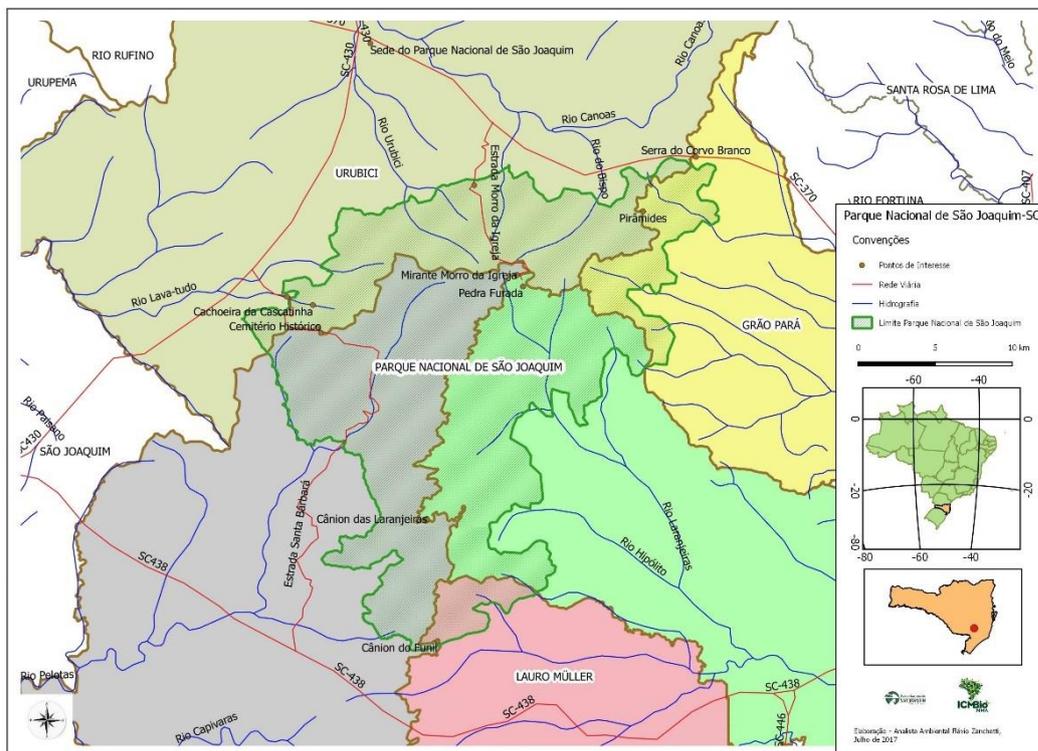
entorno. Adicionalmente, descrevemos sucintamente um relato histórico dos últimos anos do PNSJ, que em 2021 completa 60 anos de criação

2. Material e Métodos

2.1 Área de estudo

O PNSJ está localizado no Planalto Sul Catarinense e encosta da Serra Geral – Brasil, abrange os municípios de Urubici, Grão Pará, Lauro Muller, Orleans e Bom Jardim da Serra; possui cerca de 49.800 hectares de área (Figura 2), conforme a Lei Federal nº 13.273 de 15 de abril de 2016, que estabeleceu seus limites (Brasil, 2016).

Figura 2 – Mapa de localização do Parque Nacional de São Joaquim em Santa Catarina – Brasil.



Fonte: ICMBio (2018).

2.2 Coleta e análise de dados

O estudo começa pela busca de informações em sites de pesquisa científica que proporcionassem uma compreensão sobre o tema: “Parque Nacional de São Joaquim, Turismo e Urubici”. Foram feitas buscas pelas palavras-chave associadas: *Turismo e Parque Nacional de São Joaquim* e *Parque Nacional de São Joaquim e Urubici* nas seguintes plataformas: *Google Scholar*, *Scencedirect*, *Scielo*, *Scopus* e *Periódicos CAPES*. O período temporal utilizado foi o padrão da plataforma. Os resultados obtidos foram triados por tipo de publicação igual a artigo científico publicado em revista e que tivesse ligação com o tema. Também foram

coletados dados oficiais nos sites do ICMBio, do PNSJ e do Ministério do Meio Ambiente em relação ao Parque e consultados documentos históricos arquivados na sede da UC. Os dados referentes ao trade turístico de Urubici foram levantados no site do Ministério do Turismo e em publicações da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do município (Secretaria de Turismo).

Informações de sites e redes sociais também foram avaliadas, já que podem ser usadas para compreender o turismo e a recreação em contato com a natureza (Wood et al., 2013) e a relevância de determinada área para a sociedade (Correia et al., 2018). Ressalta-se que pesquisadores usam sites como o Booking.com quando querem obter informações específicas relacionadas ao turismo (Mellinas et al., 2015). Assim sendo, foi pesquisada a palavra Urubici para os sites de hospedagem Booking.com e AirBNB, e para a ferramenta de busca do Google as palavras: Urubici e Parque Nacional de São Joaquim.

Na sequência, analisou-se se havia uma relação cronológica entre as ações de gestão no PNSJ e o incremento do turismo no município de Urubici – Santa Catarina.

3. Resultados

Até o final do século XX poucas ações destacaram-se para a gestão do PNSJ. Excluindo-se evidentemente a sua criação, a contratação de dez servidores para atender às demandas da Unidade (1979) e, depois, a instalação da sede do Parque numa casa em Urubici no ano de 1990 foram os únicos destaques. Porém, desses servidores, restaram apenas dois no início do século XXI.

No ano de 2003, o PNSJ recebeu três novos servidores e iniciou um novo período; então, diversas ações de gestão foram implantadas (Tabela 1).

Tabela 1 – Resumo das principais ações de gestão implantadas no Parque Nacional de São Joaquim.

| Ação | Mês/Ano |
|--|------------------|
| Implantação da Brigada de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais | Julho de 2004 |
| Início da Regularização Fundiária | Novembro de 2006 |
| Início do Programa de Voluntariado | Janeiro de 2008 |
| 1º Curso de Condutores de Visitantes | Novembro de 2009 |
| Instalação do Conselho Consultivo | Junho de 2011 |
| Portaria de Ordenamento da Visitação (Trilhas) | Julho de 2012 |
| Controle da visitação diária no Morro da Igreja | Novembro de 2013 |
| Redefinição dos Limites | Abril de 2016 |
| Aprovação do Plano de Manejo | Setembro de 2018 |

Fonte: Elaborada pelos autores (2021)

Todas essas ações após seu início permaneceram ocorrendo; por exemplo, o Conselho Consultivo do PNSJ tem reuniões periódicas e já ocorreram algumas renovações dos seus membros. Esse aumento de funções reflete no aumento de profissionais trabalhando no PNSJ: em janeiro de 2021 são quatro analistas ambientais, seis terceirizados (apoio administrativo, limpeza e quatro vigias) e nove brigadistas com contratos renováveis.

Também, no transcorrer desse período, cresceu o número de visitantes de 65.889 em 2009 (ano em que se iniciou a contagem efetiva de visitantes na Unidade) para aproximadamente 139.000 em 2013 (ICMBio, 2021a). A partir de novembro de 2013, a administração do PNSJ, vislumbrando a necessidade de ordenamento da visitação, definiu a capacidade de visitantes por dia pelo número de veículos autorizados a entrar na UC,

especificamente no ponto turístico Morro da Igreja/Pedra Furada (MDI/Pedra Furada). A visitação massiva e desordenada estava claramente prejudicando a qualidade e a segurança da visitação e ameaçando causar impactos ao frágil ecossistema de altitude associado a esse atrativo. O estabelecimento desse limite acarretou temporariamente uma diminuição na visitação, mas rapidamente o crescimento foi sendo retomado (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de visitantes no mirante do Morro da Igreja/Pedra Furada no Parque Nacional de São Joaquim, de 2013 a 2020.

| Ano | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---------------------|---------|--------|--------|---------|---------|--------|--------|--------|
| Total de visitantes | 139.743 | 87.650 | 94.412 | 108.148 | 119.631 | 54.881 | 51.449 | 38.245 |

Fonte: Arquivo do Parque e ICMBio (2021a).

Destaca-se que, nos anos de 2018 e 2019, o atrativo MDI/Pedra Furada foi fechado por vários meses devido às obras de repavimentação da estrada de acesso ao Morro da Igreja realizada pela Força Aérea Brasileira (FAB). Em 2020, devido à pandemia de COVID-19, de março a outubro este atrativo foi mantido fechado; quando reabriu, foi com capacidade reduzida.

Paralelamente ao que ocorria no PNSJ, desenvolvia-se o turismo em Urubici. No entanto, quanto ao número de turistas, a Prefeitura usou os dados do PNSJ como referência não tendo uma contagem própria regular durante vários anos; apenas eram registrados os turistas que pediam informações na Secretaria de Turismo.

O resultado da pesquisa por artigos nas plataformas científicas apresentou apenas duas citações que englobam o tema “Parque Nacional de São Joaquim, Turismo e Urubici”. Uma sobre o perfil de visitantes do PNSJ (Alvarez *et al.*, 2019) e outra mais recente que trata da gestão da visitação a partir das diretrizes do plano de manejo da Unidade aprovado em 2018 (Martins *et al.*, 2020). Ambas não fazem uma relação com o desenvolvimento da cidade de Urubici.

Logo, para podermos mensurar o crescimento da atividade turística, tivemos que considerar que em 1990 e 1995 não existiam hospedagens registradas para turismo em Urubici a partir de publicações comerciais sobre turismo (G4Rodas, 1990; 1995). Em 2003, a mesma publicação de referência na área do turismo cita “5” hospedagens em Urubici (G4Rodas, 2003), e a cidade tendo “4” atrações turísticas, sem citar o Morro da Igreja. Nos anos de 2007 e 2011, os números de hospedagens subiram para “9” e “13” e as atrações citavam o Morro da Igreja como principal ponto turístico da cidade (G4Rodas, 2007; 2011). O “Guia 4 Rodas” deixou de ser publicado em 2015; assim, para comparação, os dados foram obtidos em sites de hospedagem. Atualmente (janeiro de 2021), os sites Booking e Airbnb colocam à disposição do turista “92” e “157” opções de hospedagem, respectivamente (Booking, 2021; Airbnb, 2021). Ou seja, o número de opções cresceu substancialmente nos últimos anos ao compararmos 2021 com 2003, 2007 e 2011. E, segundo o portal da Prefeitura de Urubici, o município tem “18” atrativos turísticos (Urubici, 2021).

Outro dado importante é o número de guias de turismo: em 2003 eram apenas “3” cadastrados no Cadastur (sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo) e atualmente são “16” (MTUR, 2021). Quanto ao número de condutores de visitantes cadastrados no PNSJ, na primeira turma de 2009 foram formados “19” condutores; após o recadastramento feito em 2020, “50” condutores foram cadastrados e, destes, “41” autorizados a operar dentro do PNSJ.

O número de visitantes que fazem o *trekking* da trilha da Pedra Furada, que sai do mirante do Morro da Igreja e obrigatoriamente é feita com acompanhamento de condutor, passou de aproximadamente “350” pessoas em 2017 para “857” em 2019 (ARQUIVO DO PNSJ, 2021). Por fim, o nome do município de “Urubici” e o nome “Parque Nacional de São Joaquim”, apresentam, respectivamente, “1,27 e 7,19 milhões” de opções no mecanismo de busca Google (Google, 2021).

4. Discussão

Perspectivas de aumento da visitação em áreas naturais protegidas estimam que esta dobrará de tamanho nos próximos anos (Hall et al., 2012), mesmo com os problemas de acesso e transporte que desafiam o turismo em UCs no Brasil (Burns & Moreira, 2013). Caso a efetividade de gestão das UCs brasileiras desenvolva-se acompanhando a perspectiva de crescimento, o potencial de desenvolvimento do entorno das UCs deverá apresentar resultados prósperos para as economias locais, como vemos nos resultados comparativos entre as ações no PNSJ e o crescimento dos indicadores de turismo selecionados.

Segundo a literatura, locais com relevo montanhoso e com alta biodiversidade atraem mais visitantes (Chung et al., 2018) fato que explica a demanda de visitantes no PNSJ. Este crescimento da visitação reflete no número de hospedagens em Urubici que, entre 2003 e 2007, praticamente duplicou (de “5” para “9”) e continuou subindo. Em 2011 já eram “13” opções de hospedagem. No mesmo período (2003 a 2011), o PNSJ começou a ganhar destaque com ações para implantar e efetivar a primeira Brigada de prevenção e combate a incêndios florestais do estado de Santa Catarina, bem como criar o Conselho Consultivo e iniciar sua regularização fundiária. Destaca-se que a participação social é fundamental para se atingir os objetivos de criação de uma área protegida (Bilar et al., 2020) e que a falta de regularização fundiária é um dos principais problemas das UCs brasileiras (Rocha et al., 2010; Albuquerque et al., 2010; Santos & Krawiec, 2011; Sansolo, 2020).

Na sequência, a regulamentação da atividade dos condutores de visitantes e a portaria de ordenamento da visitação permitiram o trabalho regular de condutores e guias de turismo no PNSJ. Cabe mencionar que a profissão de guia de turismo ou condutor de visitantes é uma importante ferramenta de inclusão social dos moradores na atividade turística, gerando emprego e renda (Machado & Costa, 2017). E também ampliar o conhecimento sobre as Unidades de Conservação e as leis ambientais, o que pode diminuir a quantidade de crimes ambientais na região, principalmente por falta de conhecimento destas leis (Oliveira & Silva, 2020).

No período entre os anos de 2011 e 2021, houve um crescimento de mais de 1.000% no número de hospedagens se compararmos com as opções no site Airbnb, mesmo após a implantação de medidas de ordenamento, como o estabelecimento em 2013 da capacidade de carga limitando os acessos ao Morro da Igreja. E um acréscimo de 1% na lista de hospedagens oferecidas no Airbnb representa um aumento de 0,01% na receita dos restaurantes na região das hospedagens (Basuroy et al., 2020), ou seja, afeta toda a cadeia de negócios. Especificamente nesse caso, as medidas de ordenamento do turismo no PNSJ acabaram também por gerar um aumento no número de atrativos turísticos fora da Unidade, de “4” em 2003 para “18” em 2020, que estão recebendo o excedente de visitantes do PNSJ. São turistas que eventualmente precisam aguardar o dia seguinte para entrar no Parque e, por isso, buscam alternativas para passar esse tempo de espera na cidade. Castro & Souza (2015) destacam a importância do turismo nos Parques para o desenvolvimento de pequenos negócios no seu entorno.

Além disso, as medidas de ordenamento que se seguiram incentivaram a capacitação de novos condutores de visitantes e guias de turismo. O quantitativo desses profissionais aumentou nos últimos anos: de “19” condutores em 2009 para “50” em 2020; de “3” guias de turismo em 2003 para “16” em 2020. Isso é reflexo da procura por profissionais dessa atividade, que são requisitados para passeios que os turistas acabam descobrindo por passarem mais dias na cidade. O exemplo do já citado de trekking para a Pedra Furada, dentro do PNSJ, teve o número de caminhantes duplicado em apenas dois anos. Esse turismo de base comunitária que envolve pequenas pousadas, muitas delas rurais, e a população local, que se torna guia de turismo ou condutor, desempenha importante papel na melhoria da qualidade de vida da sociedade local (Vargas et al., 2020). Pode-se supor que esse desenvolvimento do turismo se deve ao ecoturista ou turista que participa de atividades na natureza e que gasta mais que o turista convencional (Gallegos, 2007). Além disso, a informação quanto à quantidade de caminhantes no PNSJ se equipara ao que se observa na Alemanha – país que, mesmo durante a

pandemia de COVID-19, dobrou a procura por ambientes naturais para atividades recreativas (Derks et al., 2020).

Entretanto, os resultados obtidos pelo PNSJ no Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management (RAPPAM) de 2005, avaliação reconhecida internacionalmente para analisar a gestão das UCs (Leverington et al., 2010) e no Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe), relatório anual adotado pelo órgão gestor ambiental brasileiro, não são exuberantes se forem comparados a outros Parques (ICMBio, 2021b). Dessa forma, refletem um descompasso entre os recursos investidos na gestão das UCs e os benefícios socioeconômicos que essas áreas podem gerar (Souza et al., 2018). No caso do PNSJ, evidencia-se que podemos relacionar o processo de implementação da UC com o crescimento do turismo na cidade de Urubici. E, ainda que se possa contestar alegando que existam outros motivos para o desenvolvimento do turismo na região, com certeza o PNSJ é destaque na serra catarinense; isso é demonstrado pelo crescente aumento na quantidade de visitantes anualmente e pela sua divulgação nas mídias sociais.

No entanto, a capacidade de carga (número de visitantes), como a estabelecida para o ordenamento da visitação no Morro da Igreja, não pode ser considerada um “número mágico” que resolve todos os problemas dos gestores, mas, sim, um “gargalo” que estes têm de gerenciar para promover o desenvolvimento responsável da UC (Delgado, 2007). É nesse ponto que se encontra o PNSJ em relação ao controle de veículos no acesso ao principal atrativo (mirante do Morro da Igreja) e à visitação na trilha da Pedra Furada, cujos limites estabelecidos precisam ser reavaliados.

Portanto, novas medidas gerenciais devem ser pensadas e colocadas em prática. Talvez para a primeira situação seja necessário substituir veículos particulares por um transporte coletivo padronizado que dê vazão à demanda de visitantes e seja conduzido por motoristas capacitados, que contribuam tanto com a prestação de informações qualificadas sobre o PNSJ ao visitante, quanto para a diminuição de perda de diversidade genética nas populações animais, evitando a ocorrência de acidentes entre veículos motorizados e a fauna, conforme recomendam Jackson & Fahrig (2011).

5. Conclusão

Os resultados encontrados e nossa discussão sobre o desenvolvimento responsável do PNSJ nos fazem perceber que uma gestão efetiva de um Parque Nacional contribui para desenvolver o turismo e, conseqüentemente, a economia na região do seu entorno. Dessa maneira, é primordial que gestores de UCs da categoria Parques entendam o impacto de suas ações não só para a conservação da natureza mas também para o desenvolvimento econômico local. Especificamente quanto ao PNSJ, sobretudo de ordenamento do transporte de visitantes ao Morro da Igreja, novas medidas devem ser priorizadas.

Quando se dá a devida visibilidade a essa relação direta entre gestão do uso público na UC e desenvolvimento da economia local, é possível agregar parceiros dentro da sociedade, principalmente do trade turístico, que poderão servir como apoiadores da gestão. Estes parceiros podem contribuir com questões de uso público e outras correlatas à gestão da Unidade, tais como: a aquisição de recursos ou a mitigação de ameaças, por exemplo, e o impedimento da caça ilegal ou do desmatamento clandestino.

Com base no que foi pesquisado, demonstrar à sociedade a relevância dos Parques Nacionais para o meio ambiente e para o desenvolvimento regional é uma tarefa intrínseca à função dos gestores e que deve estar sempre em pauta nas discussões que envolvam as UCs.

6. Agradecimentos

Aos colegas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aos do Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica, e em especial aos professores N. Hanazaki e N. Peroni

7. Referências

- Alvarez, M.M.H, Moreira, J.C., Burns, R.C., & Albach, V.M. (2019). O Perfil do visitante do Parque Nacional de São Joaquim (SC): Breves Considerações. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 6, n.3, p. 82-94. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1339/1063>>
- Airbnb. (2021). **Site de reservas**. Disponível em: <<https://www.airbnb.com.br>>. Acesso em: 10/01/2021.
- Albuquerque, D.P., Brandão, H.B., Honora, A.C.C., & Castro, C.A.M. (2010). **Regularização fundiária em unidades de conservação: as experiências dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Rio de Janeiro: INEA**. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Livro_Regulariza%C3%A7%C3%A3o-Fundi%C3%A1ria-em-Unidades-de-Conserva%C3%A7%C3%A3o-1.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- Barros. A., & Pickering, C.M. (2017). How Networks of Informal Trails Cause Landscape Level Damage to Vegetation. **Environmental Management**, 60, 57-68. Doi: 10.1007/s00267-017-0865-9
- Basuroy, S., Kim, Y., & Proserpio, D. (2020, setembro). Estimating the impact of Airbnb on the local economy: Evidence from the restaurant industry. In: **42nd ISMS Marketing Science Conference, the Sixteenth Symposium on Statistical Challenges in Electronic Commerce Research**. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3698326>> . Acesso em: 03/02/2021.
- Bilar, A.B.C., & Pimentel, R.M.M.(2020). Participação da comunidade na gestão e em ações de proteção da biodiversidade vegetal em áreas protegidas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 53, 151-166. Doi: 10.5380/dma.v53i0.67119
- Booking. (2021). **Site de reservas**. Disponível em: <<https://www.booking.com/hoteis>>. Acesso em: 10/01/2021.
- BRASIL. **Decreto nº 50.9229, de 06 de julho de 1961. Cria o Parque Nacional de São Joaquim**. Brasília, DF: Senado Federal. Acesso em: 04/03/2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília, DF: Senado Federal. Acesso em: 04/03/2021.
- Castro, E.V., Souza, T.V.S.B., & Thapa, B. (2015). Determinants of Tourism Attractiveness in the National Parks of Brazil. **Parks**, 21(2). Disponível em: <https://parksjournal.com/wp-content/uploads/2015/10/Viveiros-de-Castro-et-al-PARKS-21.2-10.2305IUCN.CH_.2014.PARKS-21-2EVDC.en_.pdf>. Acesso em: 03/02/2021.
- Burns, R., & Moreira, J.C. (2013). Visitor Management in Brazil's Protected Areas: Benchmarking for Best Practices in Resource Management. **The George Wright Forum**, 30(2), p.163-170. Doi: <http://www.jstor.org/stable/43598998>
- Cessford, G., & Muhar, A. (2003). Monitoring options for visitor numbers in national parks and natural areas. Tilburg, Netherlands. **Journal for Nature Conservation**, 11, 240-250. Doi: 10.1078/1617-1381-00055

Chung M, et al. (2018). Global relationships between biodiversity and nature-based tourism in protected areas. **Ecosystem Services**, 34, p. 11-23. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2018.09.004>

Correia, R.A., Jepson, P., Malhado, A.C.M., & Ladle, R.J. (2018). Culturomic assessment of Brazilian protected areas: Exploring a novel index of protected area visibility. **Ecological Indicators**, 165-171. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2017.10.033>

Cunha, A.A., Magro-Lindenkamp, T.C. & McCool, S.F. (2018) **Tourism and Protected Areas in Brazil: Challenges and Perspectives**. Nova Science Publishers, 350p.

Davenport, L., & Rao, M. (2002). **A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro**. In: Terborgh J. et al. (eds). Tornando os parques mais eficientes: estratégias para a preservação da natureza nos trópicos. Curitiba: UFPR, p. 52-53.

Delgado, M. (2007). Analysis of the Methodology Created by Miguel Cifuentes Concerning Tourism Carrying Capacity. **Turismo em Análise**, 18(1), 73-93. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v18i1p73-93>

Derks, J., Giessen, L., & Winkel, G. (2020) COVID-19-induced visitor boom reveals the importance of forests as critical infrastructure. **Forest Policy and Economics**, 118(102253). Doi: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2020.102253>

Dudley, N., & Stolton, S. (2008). **Defining protected areas: an international conference in Almeria, Spain**. Gland, Switzerland: IUCN. 220 p. Disponível em: <http://www2.ecolex.org/server2neu.php/libcat/docs/LI/MON-086750.pdf>. Acesso em: 03/02/2021.

Duglio, S., & Beltramo, R. (2017). Estimating the Economic Impacts of a Small-Scale Sport Tourism Event: The Case of the Italo-Swiss Mountain Trail CollonTrek. **Sustainability**, 9(343), 2-17. Doi:10.3390/su9030343

Eagles, P. & McCool, S. (2002). **Tourism in National Parks and Protected Areas: Planning and Management**. Wallingford, UK: CABI, 320p..

Eagles, P.F.J., McCool, S.F., & Haynes, C.D.A. (2002). **Sustainable tourism in protected areas: guidelines for planning and management**. IUCN, Gland, Cambridge, UK. Doi: 10.1079/9780851995892.0000

Gallegos, A. G. (2007). Las actividades físico-deportivas en la naturaleza y la industria turística. **Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y el Deporte**, 7(26), 111-127. Disponível em: <http://cdeporte.rediris.es/revista/revista26/artactnatural52.htm>. Acesso em: 3 fev. 2021.

Google. **Site de buscas**. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 12 jan. 2021.

G4Rodas. (1990). **Guia Quatro Rodas Brasil Sul** – Todos os Municípios. São Paulo: Editora Abril.

_____. (1995). **Guia Quatro Rodas Brasil**. São Paulo: Editora Abril.

_____. (2003). **Guia Quatro Rodas Brasil**. São Paulo: Editora Abril.

_____. (2007). **Novo Guia Quatro Rodas Brasil**. São Paulo: Editora Abril.

_____. (2011). **Guia Quatro Rodas Brasil**. São Paulo: Editora Abril.

Hausmann, A., Toivonen, T., Slotow, R., Tenkanen, H., Moilanen, A., Heikinheimo, V., & Di Minin, E. (2018). Social Media Data Can Be Used to Understand Tourists' Preferences for Nature-Based Experiences in Protected Areas. **Conservation Letters**, 11(1), e123432019. Doi: 10.1111/conl.12343.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2021a). **Painel Dinâmico**. Disponível em:

<http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 03/02/2021.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2021b). **RAPPAM**. Disponível em:

<<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/relatrio%20rappam%202005%20x%202010%20-%20verso%20integral.pdf>>. Acesso em: 04/02/2021.

Jackson, N. D., & Fahrig, L. (2011). Relative effects of road mortality and decreased connectivity on population genetic diversity. **Biological Conservation**, 144, 3143-3148. Doi:10.1016/j.biocon.2011.09.010

Hall, J., Matos, S., Sheehan, L., & Silvestre, B. (2012) Entrepreneurship and innovation at the base of the pyramid: A recipe for inclusive growth or social exclusion? **Journal of Management Studies**, 49(4), 785-812. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2012.01044.x>

Keiter, R.B. (2010). The National Park System: Visions for Tomorrow. **Natural Resources Journal**, Vol. 50, p. 71-110. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1794187>

Leverington, F., et al. (2010). A global analysis of protected area management effectiveness. **Environment management**, 46(5), 685-698. Doi: 10.1007/s00267-010-9564-5

Leung, Y., Spenceley, A., Hvenegaard, G., & Buckley, R. (2019). **Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas. Diretrizes para sustentabilidade**. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas n.27, Gland, Suíça: UICN., 120p.. Doi:<https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2018.PAG.27.pt>

Lucena, W. M. (2006). **História do Montanhismo no Rio de Janeiro: dos primórdios aos anos 1940**. Rio de Janeiro: Editora Montanhar. 220p.

Machado, R.X., & Costa, E.A. (2017). O Turismo de Pesca em Corumbá, a Fronteira Oeste do Brasil. **Revista Ibero-americana de Turismo**, 7(1), 36-48. Doi: 10.2436/20.8070.01.77

Magro, T. C., Watson, A., & Bernasconi, P. (2007). Identifying Threats, Values, and Attributes in Brazilian Wilderness Areas. **RMRS-Proceedings**, 49, p.319–322. Disponível em: <https://www.fs.fed.us/rm/pubs/rmrs_p049/rmrs_p049_319_322.pdf>

Martins, G.S., Costa, A.A., Lara, A.P.M., Gois, M.S., & Bueno, F.P. (2020). Gestão da visitação turística no Parque Nacional de São Joaquim-SC: Um olhar sobre o plano de manejo. **Revista Eletrônica de Uso Público em Unidades de Conservação**, v.8, n.13. Doi: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2020.v8n13p75>

Mellinas, J.P., María-Dolores, S.M., & García, J.J.B. (2015). Booking.com: The unexpected scoring system. **Tourism Management**, 49, 72-74. Doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2014.08.019>

Milano, M.S. (1985). Parques e Reservas: uma análise da política brasileira de unidades de conservação. **Revista Floresta**, Curitiba, v. 15(2).

MTUR. Ministério do Turismo. (2021) **Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de Turismo (CADASTUR)**. Disponível em: <<https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/pesquisar-prestador/>>. Acesso em: 03/02/2021

Oliveira, F.G., & Silva, A.C.R. (2020). A Educação Ambiental como meio de discutir o reflexo criminal ambiental. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.8, n.3, 137-147.

Rocha, L.G.M., Drummond, J.A., & Ganem, R.S. (2010). Parques Nacionais Brasileiros: Problemas Fundiários e Alternativas para a sua Resolução. **Rev. Sociol. Polít.**, 18(36), 205-226.

Sansolo, D. G. (2020). **Uso público em áreas protegidas: contribuições para gestão de unidades de conservação**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2020.

Santos, C.F., & Krawiec, V.A.A.(2011). Situação Ambiental e a Administração das Unidades de Conservação em Campo Grande-MS, na Visão de seus Gestores. **Floresta e Ambiente**, 18(3), 334-342.

Schleicher, J., Peres, C.A., & Leader-Williams, N. (2019). Conservation performance of tropical protected areas: How important is management? **Conservation Letters**, 12, 1-9. Doi: 10.1111/conl.12650

Souza, T.V.S.B., Thapa, B., Rodrigues, C.G.O., & Imori, D. (2018). Economic impacts of tourism in protected areas of Brazil. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(6), 735-759.

Urubici (Prefeitura Municipal)(2021). **PMU – Portal da Prefeitura Municipal de Urubici**. Disponível em: <<https://www.urubici.sc.gov.br/turismo/id/5/?atrativos.html>>. Acesso em: 03/02/2021.

Vargas, R.C., Zuniga, C.H., & Alcantara, L.C.S. (2020). Community-based tourism: the good living perspective as an alternative to development in Latin America and the Abya Yala. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 54, 167-183. Doi: 10.5380/dma.v54i0.68745

Weiler, B., Moore, S. & Moyle, B. (2013). Building and sustaining support for national parks in the 21st century: why and how to save the national park experience from extinction. **Journal of Park and Recreation Administration**, 31(2), 115-131.

Wood, S.A., Guerry, A.D., Silver, J.M., & Lacayo, M. (2013). Using social media to quantify nature-based tourism and recreation. **Scientific Reports**, 3 (2976), 1-7. Doi: 10.1038/srep02976